



| TÍTULO DO TRABALHO | |
|---|-------------|
| MARXISMO E EDUCAÇÃO NO MOÇAMBIQUE PÓS-INDEPENDÊNCIA | |
| AUTOR(ES) | INSTITUIÇÃO |
| José de Sousa Miguel Lopes | UEMG |
| RESUMO | |
| <p>Neste trabalho, centrado nos primeiros dez anos de independência de Moçambique (1975-1984), procuraremos, inicialmente, analisar as concepções políticas centrais da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) sobre a evolução que se pretendia para o país. As concepções centrais da Frelimo sobre a evolução futura era de que com a independência terminava a fase da Revolução Democrática Nacional e começava a da Revolução Democrática Popular. Este salto qualitativo representava, no entender da Frente, a passagem da prioridade à luta pela independência no quadro de uma ampla aliança de forças nacionalistas, para a prioridade à luta pela implementação a nível nacional e como opção política fundamental, do Poder Popular. Em seguida abordaremos a entrada em cena do marxismo-leninismo cujo marco histórico ocorre em 1977, com a criação o Partido FRELIMO. Nosso estudo procurará identificar o modo como agiu a direção revolucionária da FRELIMO e suas consequências no processo político moçambicano. A partir desta data, é o partido que vai desempenhar o papel político dinamizador, exercido até então pelos Grupos Dinamizadores. O relacionamento entre a população e o partido vai ser mediado pelas denominadas organizações democráticas de massas, das quais se salientam a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e a Organização da Juventude Moçambicana (OJM). São também criadas novas assembleias populares a todos os níveis, com a finalidade de se constituírem em novos órgãos de discussão popular sobre a política em curso. Em seguida nossa análise centrar-se-á na influência marxista no campo da educação, abordando a importância atribuída á formação de professores primários bem como o papel desempenhado pela língua portuguesa como língua oficial do país. Dado que a FRELIMO afirmou que era representante da classe trabalhadora, a ligação entre o estudo e o trabalho no processo educativo também visava formar nos alunos a mentalidade de trabalhadores. Assim, por meio da prática, que compreendia o trabalho no sentido de produzir no campo da escola, pretendia-se levar o estudante a desenvolver o gosto e o amor pelo trabalho e os trabalhadores. A ligação da escola com o trabalho produtivo também deveria ser efetivada, levando o aluno a uma unidade de produção (fábrica), quer durante o período letivo, quer durante as férias. Com isso, completava-se a educação para o amor ao trabalho e ao trabalhador, pois alguns alunos, sendo individualistas e elitistas, desprezavam as massas trabalhadoras. A escola em que este professor atuava recebeu a tarefa de modelar o homem moçambicano: livre da superstição e submissão, respeitador das diferenças regionais, dedicado ao trabalho produtivo, colocando seu conhecimento ao serviço dos interesses populares. Concluiremos procurando mostrar que foram as inúmeras lutas, tantas delas violentas, e de conquistas de direitos (a democracia, a liberdade, o direito à educação, à saúde e à justiça) levadas a cabo por movimentos sociais e por pessoas em Moçambique e no mundo que foram profunda, ou mesmo até totalmente, influenciadas pela teoria marxista. Nesse quadro o marxismo continua vivo e sinal esperançoso na construção de um projeto verdadeiramente humano.</p> <p>Palavras-chave: Educação; Marxismo; Moçambique; revolução.</p> | |

MARXISMO E EDUCAÇÃO NO MOÇAMBIQUE PÓS-INDEPENDÊNCIA

José de Sousa Miguel Lopes

(Universidade do Estado de Minas Gerais)

Resumo

Neste trabalho, centrado nos primeiros dez anos de independência de Moçambique (1975-1984), procuraremos, inicialmente, analisar as concepções políticas centrais da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) sobre a evolução que se pretendia para o país. As concepções centrais da Frelimo sobre a evolução futura era de que com a independência terminava a fase da Revolução Democrática Nacional e começava a da Revolução Democrática Popular. Este salto qualitativo representava, no entender da Frente, a passagem da prioridade à luta pela independência no quadro de uma ampla aliança de forças nacionalistas, para a prioridade à luta pela implementação a nível nacional e como opção política fundamental, do Poder Popular. Em seguida abordaremos a entrada em cena do marxismo-leninismo cujo marco histórico ocorre em 1977, com a criação o Partido FRELIMO. Nosso estudo procurará identificar o modo como agiu a direção revolucionária da FRELIMO e suas consequências no processo político moçambicano. A partir desta data, é o partido que vai desempenhar o papel político dinamizador, exercido até então pelos Grupos Dinamizadores. O relacionamento entre a população e o partido vai ser mediado pelas denominadas organizações democráticas de massas, das quais se salientam a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e a Organização da Juventude Moçambicana (OJM). São também criadas novas assembleias populares a todos os níveis, com a finalidade de se constituírem em novos órgãos de discussão popular sobre a política em curso. Em seguida nossa análise centrar-se-á na influência marxista no campo da educação, abordando a importância atribuída á formação de professores primários bem como o papel desempenhado pela língua portuguesa como língua oficial do país. Dado que a FRELIMO afirmou que era representante da classe trabalhadora, a ligação entre o estudo e o trabalho no processo educativo também visava formar nos alunos a mentalidade de trabalhadores. Assim, por meio da prática, que compreendia o trabalho no sentido de produzir no campo da escola, pretendia-se levar o estudante a desenvolver o gosto e o amor pelo trabalho e os trabalhadores. A ligação da escola com o trabalho produtivo também deveria ser efetivada, levando o aluno a uma unidade de produção (fábrica), quer durante o período letivo, quer durante as férias. Com isso, completava-se a educação para o amor ao trabalho e ao trabalhador, pois alguns alunos, sendo individualistas e elitistas, desprezavam as massas trabalhadoras. A escola em que este professor atuava recebeu a tarefa de modelar o homem moçambicano: livre da superstição e submissão, respeitador das diferenças regionais, dedicado ao

trabalho produtivo, colocando seu conhecimento ao serviço dos interesses populares. Concluiremos procurando mostrar que foram as inúmeras lutas, tantas delas violentas, e de conquistas de direitos (a democracia, a liberdade, o direito à educação, à saúde e à justiça) levadas a cabo por movimentos sociais e por pessoas em Moçambique e no mundo que foram profunda, ou mesmo até totalmente, influenciadas pela teoria marxista. Nesse quadro o marxismo continua vivo e sinal esperançoso na construção de um projeto verdadeiramente humano.

Palavras chave: Educação; Marxismo; Moçambique; revolução.

Introdução

Os homens fazem sua própria História, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstância de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como pesadelo o cérebro dos vivos. (MARX, 1997).

Após a independência, ocorrida a 25 de Junho de 1975, a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) optou por um projecto de construção do socialismo. A afirmação da opção socialista da Frelimo, a sua auto-valorização permanente - primeiro como Frente que congregava todos os moçambicanos que quisessem participar na luta pela independência, depois como Partido só de uns poucos - , seu discurso que proclamava a formação da Identidade Nacional, articulada com a identidade de classe, levou-a a intervir no campo educacional em função da matriz socialista, mais concretamente, marxista-leninista.

A Frelimo procurou resgatar a memória colectiva do povo moçambicano, mas a partir da sua própria elaboração dos conhecimentos sobre o passado, da selecção de tradições e dos heróis, embora afirmasse pretender que os alunos desenvolvessem seu espírito crítico em relação à realidade social. Aos professores é atribuído um papel importante na formação do homem novo, pois eles eram considerados pelo poder político como agentes catalisadores no combate ideológico e cultural e componentes decisivos na eliminação do subdesenvolvimento. A Língua Portuguesa deveria transformar-se num genuíno instrumento articulador e elemento de consolidação da unidade nacional.

Até 1980/1, observou-se uma grande adesão popular ao projeto da Frelimo, fase em que decorreram as medidas de maior impacto para a sociedade moçambicana como um todo (as nacionalizações da terra, da saúde, da educação, dos prédios para aluguel, etc.). O país se constituiu em República Popular de Moçambique e a Frelimo se transformou em partido marxista-leninista dois anos após a independência. A instituição do designado “poder popular” para todo o país, inspirou-se na experiência das “zonas libertadas” e o socialismo foi adotado como modelo. Adotou-se também a planificação centralizada, combinada com doses de autoritarismo, inexperiência e voluntarismo. No campo educacional, registrou-se uma explosão escolar sem precedentes, desenvolveu-se um massivo programa de formação de professores primários e desencadearam-se campanhas nacionais de alfabetização e educação de adultos, como forma de rapidamente se tentarem eliminar os elevados índices de analfabetismo, legados pelo colonialismo. A Frelimo procurou legitimar o seu poder, instituindo-se como um marco de referência fundamental para libertação do povo moçambicano e, agora conquistada a independência, para a construção da Nação e da Identidade Nacional, numa perspectiva de classe.

Neste trabalho, centrado nos primeiros dez anos de independência de Moçambique (1975-1984), procuraremos, inicialmente, analisar as concepções políticas centrais da Frelimo sobre a evolução que se pretendia para o país. Em seguida abordaremos a entrada em cena do marxismo-leninismo cujo marco histórico ocorre em 1977, com a criação o Partido Frelimo. Nosso estudo procurará identificar o modo como agiu a direção revolucionária da Frelimo e suas consequências no processo político moçambicano. Em seguida nossa análise centrar-se-á na influência marxista no campo da educação, abordando a importância atribuída á formação de professores primários bem como o papel desempenhado pela língua portuguesa como língua oficial do país. Concluiremos procurando mostrar que foram as inúmeras lutas, tantas delas violentas, e de conquistas de direitos (a democracia, a liberdade, o direito à educação, à saúde e à justiça) levadas a cabo por movimentos sociais e por pessoas em Moçambique e no mundo que foram profunda, ou mesmo até totalmente, influenciadas pela teoria marxista. Nesse quadro o marxismo continua vivo e sinal esperançoso na construção de um projeto verdadeiramente humano.

As concepções políticas centrais da Frelimo sobre a evolução de Moçambique

A Frelimo pôs em marcha um discurso que estava em sintonia com as aspirações do povo moçambicano. A enorme adesão ao seu projeto permitiu-lhe conceber e levar a interiorizar a um significativo contingente de moçambicanos, que todos os sonhos eram possíveis, que o “paraíso estava à porta”. As concepções centrais da Frelimo sobre a evolução futura era de que com a independência

terminava a fase da Revolução Democrática Nacional e começava a da Revolução Democrática Popular. Este salto qualitativo representava, no entender da Frente, a passagem da prioridade à luta pela independência no quadro de uma ampla aliança de forças nacionalistas, para a prioridade à luta pela implementação a nível nacional e como opção política fundamental, do Poder Popular¹. Em termos marxistas, a nova situação radicalizaria a luta de classes e conduziria à saída daquela aliança dos grupos sociais que tendencialmente seriam prejudicados por uma forma de organização social que se queria quase diametralmente oposta à até então vigente.

Iniciou-se então o complexo e sinuoso processo de construção da Nação, ou, para sermos mais precisos, do Estado-Nação e seus correlatos como seja a unidade nacional, consciência nacional, cultura nacional, expressões que configuram aquilo a que muitos estudiosos do fenómeno Nação, designam por identidade nacional.

O cenário político mundial, no contexto da Guerra Fria era, em certa medida, favorável ao novo Estado moçambicano. Com efeito, a Frelimo alcançou o poder num período em que a conjuntura política internacional permitia aos jovens estados do terceiro mundo escolher estratégias socialistas para a sua política de desenvolvimento. Como se sabe, as colónias portuguesas, juntamente com a África do Sul, constituíam um “bloco ocidental” na África Austral. O governo português pôde, durante muito tempo, fazer equilíbrio entre as exigências de democratização e as necessidades estratégicas da OTAN.

A derrota americana no Vietnã² constituiu, para os regimes radicais do terceiro mundo, uma prova de que as relações de força no mundo estavam em mudança. Um país pequeno e pobre tinha vencido militarmente uma das grandes potências mundiais. A Frelimo, o MPLA em Angola e o PAIGC na Guiné-Bissau tinham, juntos, derrubado um exército colonial apoiado pela OTAN.

Com a Independência Nacional, a Frelimo se vê confrontada com a complexa tarefa de reconstruir o tecido social moçambicano e em particular a área económica que tinha sido sabotada e levada ao caos em função da retirada maciça das forças portuguesas e das companhias estrangeiras. A herança recebida pelo novo poder, revela-nos uma sociedade fortemente carregada de divisionismos étnicos, contradições raciais, situação generalizada de opressão da mulher e onde a taxa de analfabetismo era superior a 93%. Neste contexto, com a experiência adquirida durante a luta armada, mas agora como poder de Estado, o discurso da Frelimo se apresenta como uma meta-narrativa, na qual está incorporada não apenas a vontade de realizar profundas transformações sociais, mas a certeza de levá-las a cabo.

¹Ver FRELIMO, 1977: 56.

²Curiosamente, a derrota americana no Vietnã corre a 30/04/75, portanto, cerca de um mês e meio antes da independência de Moçambique.

Mas qual a natureza deste Estado que emerge num país africano, num processo de luta contra as forças do capitalismo há muito instaladas em Moçambique? Os primeiros documentos oficiais emanados na data da independência incorporam o desejo do novo poder em criar a unidade da nação moçambicana. A Constituição da República refere que” A República Popular de Moçambique tem como objetivos fundamentais (...) a defesa e consolidação da independência e da unidade nacional (artº. 4) (In: Reis & Muiuane, 1975, p. 533/4).

A nação iria ser tomada como uma referência ideológica através da qual se pretendia legitimar o Estado, garantindo maior eficácia à sua atuação.

O Estado moçambicano nascente vai procurar inspirar-se na experiência guerrilheira nas “zonas libertadas”. Foi nessas zonas que tiveram lugar as primeiras formas de exercício do Poder das classes trabalhadoras. Segundo a Frelimo, o Estado Popular não se encontrava distanciado do povo, nem se impunha a ele; pelo contrário, ia de encontro às suas necessidades imediatas e aos seus anseios mais profundos de liberdade.

Após a vitória, a tarefa imediata que se colocou ao novo poder foi a de estender a todo o país as estruturas do Poder Popular existentes nas “zonas libertadas”.

A Frelimo entendeu que para levar a bom termo tais propostas, seria necessário, entre outras ações, dar uma nova estruturação aos mecanismos de poder, de maneira a que rapidamente o seu projeto se estendesse a toda a sociedade. Assim, a ação dos Grupos Dinamizadores, criados antes da independência, passaram a ter uma nova dinâmica. Seus membros eram escolhidos em reuniões públicas nos locais de residência e de trabalho e passaram a deter o poder durante muito tempo. Embora ligados à Frelimo, pois todos eles incorporavam membros da organização, em períodos de maior convulsão social, chegaram a dispor de uma autonomia considerável. Eles eram obrigados a resolver todos os problemas que lhes eram apresentados pela população. No campo ideológico, sua tarefa era promover a consciência de classe dos trabalhadores e estimular o desenvolvimento de manifestações culturais (a dança, o canto, o teatro, a poesia, etc.).

A entrada em cena do marxismo-leninismo

O marxismo desempenha hoje um papel central não só no pensamento contemporâneo como na orientação da práxis social, desde que não seja replicado como mera fraseologia, que perde de vista o que de melhor tem o marxismo: o seu método histórico e dialético na análise da realidade em termos macro, meso e microssocial. No caso moçambicano, sua entrada explícita ocorre durante a realização do III Congresso de 3 a 7 de Fevereiro de 1977, é criado o Partido Frelimo, partido marxista-leninista.

A partir desta data, é o partido que vai desempenhar o papel político dinamizador, exercido até então pelos Grupos Dinamizadores. O relacionamento entre a população e o partido vai ser mediado pelas denominadas organizações democráticas de massas, das quais se salientam a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e a Organização da Juventude Moçambicana (OJM). São também criadas novas assembleias populares a todos os níveis, com a finalidade de se constituírem em novos órgãos de discussão popular sobre a política em curso.

O partido único era considerado o instrumento mais eficaz para garantir a unidade nacional para construir a Nação. Era, digamos, a forma mais ideal para mobilizar o conjunto das energias sociais e promover o desenvolvimento socioeconômico.

O marxismo-leninismo, adaptado como ideologia oficial pela Frelimo em 1977, foi a forma através da qual se exprimiu o nacionalismo da equipe dirigente. Embora esta opção marxista fosse fundamentalmente decorrente de uma ideologia nacionalista, com características estatizantes e modernistas, que era a da sua liderança, ela acabou por trazer determinadas consequências. Mesmo que não se levassem em conta as formas como internamente se manifestou o exercício do poder - sob o ponto de vista da organização política do partido-Estado ou das opções econômicas - o fato desse nacionalismo se ter configurado numa ótica marxista originou, por exemplo, a hostilidade dos regimes brancos da região (Rodésia e África do Sul) em relação a Moçambique, levando-as nomeadamente a promover e apoiar uma oposição armada, que viria a ser a Renamo (Resistência Nacional Moçambicana). Se a criação e apoio à Renamo como grupo armado estão indissolvelmente ligados à política regional dos regimes rodesiano e sul-africano, este grupo parece ter conseguido estender sua ação a quase todo o território moçambicano, em resultado de um certo grau de descontentamento das comunidades rurais à política da Frelimo. A estratégia socialista criou também descontentamento nos empresários privados, que viam nela uma barreira para as suas ambições.

A transformação da Frelimo de uma frente ampla, num partido de elite marxista-leninista, foi também uma tentativa de, à escala de todo o país, evitar que se repetissem as contradições do tempo da luta armada. Pensava-se que, ao formar um partido de vanguarda, se realizava uma “limpeza” da frente de libertação. Essa “limpeza” permitiria que a Frelimo passasse a ter uma unidade ideológica que era necessária para que fosse capaz de gerir o desenvolvimento. Uma das condições que se exigiam aos membros do partido era a de que ninguém podia ser empresário ou ter empregados³. Deste modo, as contradições entre as duas linhas (a revolucionária e a reacionária), do tempo da guerra colonial, foram

³Em 1982 o Partido contava com 110.000 membros, dos quais 53,5% eram camponeses, 18,9% operários e 27% funcionários (provenientes das Organizações Democráticas de Massas, da administração estatal e das Forças de Defesa e Segurança). É aqui visível o contraste entre a composição social da Frente, quando a imensa maioria pertencia ao campesinato pobre e alguns, em número diminuto, ao operariado e ao funcionalismo público (Gómez, 1993, p. 190).

incorporadas no sistema, dado que também a linha não-revolucionária marcou fortemente sua presença no partido, mesmo após a independência⁴.

A direção revolucionária da Frelimo e suas consequências

A capacidade da administração estatal era exígua. Isso se deveu, por um lado, à fuga em massa da população portuguesa, na qual se incluíam pessoas que tinham uma formação acadêmica mais lata e que trabalhavam na administração pública e nas empresas; por outro lado, muitos moçambicanos que se encontravam exilados, em decorrência das contradições surgidas durante a luta armada, nunca regressaram do exílio.

Não é, pois, surpreendente que a capacidade do aparelho de estado se tenha debilitado a todos os níveis, quando o pessoal moçambicano, com pouca formação acadêmica, foi forçado a desempenhar as atividades para as quais não estavam preparados. Ao baixo nível de formação, veio juntar-se a falta de experiência e de perspectiva de como gerir um país, tanto por parte da Frelimo, como de pessoas que ocupavam posições de responsabilidade na administração estatal. As experiências com as campanhas e os métodos de mobilização esporádicos, do tempo da guerrilha e aquelas adquiridas no exílio, tinham uma importância diminuta para aqueles que tinham que gerir as atividades de um Estado.

A direção revolucionária da Frelimo, tentou minimizar a fraqueza de capacidade, utilizando um estilo que combinava autoritarismo e direção central rígida. “A combinação entre métodos de trabalho autoritários do tempo da guerra, a herança colonial e os princípios introduzidos em Moçambique pelos técnicos de planificação vindos da Europa de Leste, tornou-se devastadora” (Abrahamsson & Nilsson, 1994, p. 264).

Em termos gerais, o que parece ter acontecido foi uma elevada crença na mobilização ideológica da população. O trabalho político de base, efetivado durante os anos da guerra e na época imediatamente anterior e posterior à independência, a longo prazo, foi substituído por campanhas “voluntárias”. Para Almeida Serra, este voluntarismo caracterizava-se “por fazer da mobilização política das populações, por um lado, a condição necessária e suficiente para promover os novos valores sociais coletivos que o poder tentava impor e, por outro, por fixar metas econômicas impossíveis de atingir face às alterações sociais em curso” (Serra, 1991: 447).

⁴. Mais tarde, esta contradição veio a dificultar a implementação de decisões políticas que não eram do interesse dos funcionários estatais. Veja-se, por exemplo, o caso das modificações políticas e econômicas que a Frelimo decidiu em 1982/83, nunca terem sido levadas à prática. Nunca se veio a verificar uma transferência de recursos das empresas agrícolas estatais para ações que favorecessem as famílias camponesas.

No primeiro ano de independência, o novo Estado, no cumprimento de uma das suas funções básicas, tomou medidas de grande impacto na sociedade moçambicana. Entre elas se destacam a nacionalização da terra, dos imóveis para aluguel, da saúde, educação e advocacia. Tratou-se de uma nacionalização efetuada “em um só golpe”. Adam Przeworsky é de opinião que “os capitalistas cujos meios de produção estão por enquanto a salvo da socialização, não investirão se temerem que esse momento chegará também para eles”(Przeworsky,1991:63). Daí que, no entender de Oskar Lange “um governo socialista realmente empenhado em implantar o socialismo tem de decidir empreender seu programa de socialização em um só golpe, ou então desistir dele por completo” (Lange, *apud* Przeworsky, *idem*).

Qual o real significado destas medidas?

A liquidação da propriedade privada da terra foi o primeiro passo considerado fundamental na transformação das relações de produção. Esta medida visava impedir que se continuasse a fazer da posse da terra uma fonte de exploração dos recursos materiais. Pretendia-se também eliminar a possibilidade de especulação sobre os terrenos de construção. A posse da terra pelo Estado permitiria criar condições para a organização e desenvolvimento de empresas estatais, cooperativas agropecuárias e fazendas coletivas. Ela se constituiria na arrancada do grande processo de socialização do campo.

A nacionalização dos hospitais e clínicas privadas e a proibição do exercício da medicina privada fizeram cessar a exploração dos serviços de saúde que estavam colocados ao serviço de uma minoria.

A nacionalização dos imóveis para aluguel possibilitou que uma parcela do povo habitasse as casas que ele próprio tinha construído, inserindo-se agora nas cidades que sempre tinham sido pertença do colonialismo.

As nacionalizações no setor da educação criaram as bases para a democratização do ensino que se pretendia realizar e do qual falaremos mais adiante.

No início da década de 80, efeitos conjugados da seca que afetou sobretudo a região sul do país, da diminuição de trabalhadores mineiros nas minas da África do Sul, que enviavam suas receitas para as famílias em Moçambique, da política agrária da Frelimo e do avolumar da guerra, agravaram a situação do país.

As agressões militares se ampliaram muito no princípio da década de 80 como consequência da política interna e externa do país. A perspectiva de desenvolvimento socialista encetada pela Frelimo a partir do III Congresso e o apoio de toda a região a um governo de maioria negra na África

do Sul tornou-se demasiado desafiadora para o governo sul-africano e também para outros grupos de interesses nos EUA e em Portugal.

Na guerra movida pela África do Sul contra Moçambique milhões de pessoas perderam as suas vidas ou ficaram desalojadas dos seus lares naquilo que os americanos chamam “um dos holocaustos mais brutais contra o ser humano desde a segunda guerra mundial” e em que a Renamo é acusada de “ter sustentado uma guerra sistemática e brutal de terror contra civis moçambicanos inocentes através de trabalhos forçados, fome, abusos físicos e matança desenfreada”⁵. A desestabilização militar e econômica de que Moçambique foi alvo, dirigiu-se especialmente contra as estruturas físicas e sociais do país e afetou gravemente as populações das zonas rurais. Mais de um terço da população rural foi sucessivamente obrigada a abandonar as suas terras, a procurar refúgio nas cidades, a mudar-se para os países vizinhos. Em 1984, Moçambique e a África do Sul assinaram o Acordo de Nkomati, acordo de “não agressão e boa vizinhança”.

O Partido, no seu IV Congresso, realizado em 1983, deixou de ser um partido marxista-leninista, transformando-se num partido de consenso nacional com uma base alargada. Esta virada que interrompeu o processo socialista em curso, permite-nos, contudo, avaliar que tal processo, embora de curta duração, influenciou fortemente, em termos marxistas, o campo da educação, como veremos a seguir.

A influência marxista no campo da educação

A educação para Marx não poderá ser pensada de forma independente ou desvinculada da realidade material do homem, mas as relações materiais devem ser pensadas como parte do processo de educação.

Mais recentemente, Apple, ao abordar as complexas relações entre educação e a base material, afirma que:

A abordagem, que eu considero mais frutífera procura explicar os reflexos das fórmulas de produção material, quer sejam manifestas, latentes ou codificadas, os valores ideológicos, as relações de classe e as estruturas de poder social – racial e sexual bem como

⁵Roy Stacey, americano, secretário de estado adjunto para os assuntos africanos, citado em HANLON, Joseph. *Mozambique: Who calls the shots?*, London, James Currey, 1990, p. 47.

político-econômico – no estado consciente das pessoas, numa determinada situação socioeconômica (Apple, *apud* Paraskeva, 2006, p. 77).

Os objetivos da educação marxista consistem em realizar, na prática, a vinculação do homem ao sentido da história. A educação é necessária, seu significado e sua tarefa consistem em provocar a máxima aceleração no processo histórico e em tornar possível a transformação da consciência dos homens.

A educação marxista fundamenta-se na análise do processo histórico. Esta concepção constitui um ponto de partida não só para crítica à sociedade burguesa, mas para construção de uma pedagogia concreta que através de uma práxis libertadora modifique o mundo.

Os problemas educativos deixam, portanto, de ser problemas de ideais gerais (abstrações) da humanidade e de categorias sagradas e passam a ser trabalhados como problemas históricos, de uma determinada época e de uma determinada sociedade.

Nesse sentido, a pedagogia socialista, referida nos princípios universais do marxismo-leninismo, é afirmada, nas Linhas Gerais do Sistema Nacional de Educação e na Lei 4/83 de 23 de Março (MEC, 1980) como um dos fundamentos desse sistema educacional.

Dado que a Frelimo afirmou que era representante da classe trabalhadora, a ligação entre o estudo e o trabalho no processo educativo também visava formar nos alunos a mentalidade de trabalhadores. Assim, por meio da prática, que compreendia o trabalho no sentido de produzir no campo da escola, pretendia-se levar o “estudante a desenvolver o gosto e o amor pelo trabalho e os trabalhadores” (Mined, 1988/9, p. 57).

A ligação da escola com o trabalho produtivo também deveria ser efetivada, levando o aluno a uma unidade de produção (fábrica), quer durante o período letivo, quer durante as férias. Com isso, completava-se a educação para o amor ao trabalho e ao trabalhador, pois alguns alunos, sendo individualistas e elitistas, desprezavam as massas trabalhadoras (Machel, 1977).

Se é inegável o importante papel desempenhado pela educação na edificação da identidade nacional, que papel lhe foi reservado no sistema educacional moçambicano, particularmente ao professor, onde o monopólio da educação legítima é agora mais importante e mais central do que o monopólio da violência legítima?

Desnecessário dizer que a figura do professor é, aqui, de suma importância, pois depende dele imprimir à sua atividade educativa esse caráter. Aqui, a célebre afirmação de Marx de que o educador

também tem que ser educado, ganha toda a sua importância. Por isso o domínio, sólido, amplo e profundo dessa perspectiva revolucionária, que se refletirá em todos os momentos do trabalho pedagógico, é imprescindível, pois não se trata de doutrinar – fazer acreditar baseado na autoridade – mas, de permitir o acesso a um conhecimento racionalmente sustentado (TONET, 2010, p.10)

O professor não deve pensar que poderá estabelecer ideais educativos de forma arbitrária, sem reconhecer as etapas do processo de desenvolvimento histórico, mas deve trabalhar a educação dentro da evolução das relações materiais vividas pelo aluno concreto-real. Para a Frelimo, ele era um elemento-chave para a nova educação que se pretendia implementar. A escola em que este professor atuava recebeu a tarefa de modelar o homem moçambicano: livre da superstição e submissão, respeitador das diferenças regionais, dedicado ao trabalho produtivo, identificado com os interesses da classe trabalhadora, colocando seu conhecimento ao serviço dos interesses populares.

A nacionalização do ensino, ocorrida logo após a independência, veio acentuar a saída de professores diplomados, na sua quase totalidade estrangeiros. O êxodo generalizado contrastava com a grande euforia popular que celebrava sua liberdade e recuperava sua dignidade. Chegava a ser surpreendente poder ver escolas abandonadas, sem professores, enquanto o povo moçambicano se entusiasmava com a possibilidade de frequentar a escola. Assistiu-se então a uma gama variada de iniciativas populares com o objectivo de criar e construir escolas e todo o país parecia ter-se transformado numa escola. Esta ânsia por educação, esta busca da escola, se configurou como um dos pontos mais significativos e marcantes deste período.

A prioridade da formação de professores primários e o papel da Língua Portuguesa

Tornava-se necessário formar rapidamente largos contingentes de professores primários numa nova perspectiva ideológica. Os Centros de Formação de Professores Primários que então se criaram foram instalados, na sua esmagadora maioria, em edifícios pertencentes às missões religiosas que foram nacionalizadas pela Frelimo. Foram criados dez Centros, um por Província, localizados no campo e funcionando em regime de internato.

O corpo docente (instrutores) foi selecionado entre os melhores professores, na sua maioria professores de posto escolar (todos africanos), que tinham frequentado as Escolas de Habilitação de Professores de Posto Escolar e suas equivalentes anteriores a 1964 sob a responsabilidade de padres portugueses. Eram professores com grande experiência de ensino e com posições políticas de adesão à Frelimo.

Os primeiros cursos de formação de professores primários tinham a duração de 6 meses, depois 9 meses e mais tarde passaram a ter um ano de duração. Para ingressar nos cursos, em regime de voluntariado, exigia-se a 6.^a classe e a idade mínima de 17 anos. Contudo, porque eram poucos os candidatos, em razão da herança colonial que nunca valorizou nem profissional nem socialmente os professores, o governo moçambicano teve que estabelecer metas de ingresso. Eram selecionados para ingresso nos cursos de formação de professores os melhores alunos da 6.^a classe.

Um outro princípio educativo que importa referir foi o da integração escola/comunidade, princípio que esteve sempre presente no discurso educacional da Frelimo. No pós-independência, procurou-se incorporar este princípio, no conjunto de medidas utilizadas pelo sistema educacional, para, entre outras, promover a formação da personalidade moçambicana e contribuir para a edificação da Nação. A Frelimo afirmava que a educação era uma tarefa de toda a sociedade e só podia alcançar os objetivos que lhe fossem traçados com a participação da comunidade.

A partir do início da década de 80, com o alastrar da guerra em Moçambique, um conceito só raramente utilizado no período anterior apareceu em cena. Trata-se do conceito Pátria e seus correlatos patriotismo, consciência patriótica e educação patriótica. Mas como se alimenta a consciência patriótica em cada cidadão? Segundo a Frelimo, pela evocação dos fatos mais significativos da história moçambicana, dos valores mais elevados da Revolução. Os professores, sobretudo os primários, foram designados pela Frelimo como os grandes impulsionadores da educação patriótica (MEC, 1977: 2). Os professores em geral, mas principalmente os que estavam sendo formados, deveriam realizar acção que contribuíssem para a formação da consciência patriótica dos alunos. Entre elas devem salientar-se as que diziam respeito: à necessidade de realizarem uma permanente ligação do ensino à vida, por meio da divulgação das principais conquistas revolucionárias e das realizações políticas, económicas e sociais em todo o país; à inclusão no plano de lição de cada aula, dos valores e convicções que se pretendiam inculcar; à participação activa em cursos de preparação político-militar; à participação em actos oficiais e populares; à necessidade de garantirem e assumirem que o cumprimento e mesmo a ultrapassagem das metas de aproveitamento dos seus alunos era em primeiro lugar uma tarefa patriótica.

Quanto ao papel da língua na construção da identidade nacional, alguns autores, como Hobsbawm, considera serem “inegáveis as vantagens provenientes da alfabetização em uma língua de circulação ampla” (Hobsbawm, 1990: 139). No caso de Moçambique, o país recorreu à língua do colonizador como veículo até hoje insubstituível de afirmação de sua autonomia e coesão. Mas essa língua não é falada por cerca de metade da população, pesem embora os esforços consideráveis que após a independência foram feitos para a divulgar. E, dessa percentagem de falantes do português, só um número ainda exíguo o tem como língua materna, sendo os outros bilingues. Quanto à restante população, ela comunica entre si, na esmagadora maioria, em línguas africanas. A situação é, aliás,

similar à que se verifica um pouco por todo o continente, onde a percentagem média de falantes de línguas europeias de acordo com estudos recentes, não anda longe dos vinte por cento. Assim, será possível que a longo prazo, a língua portuguesa se transforme em veículo de autêntica expressão cultural? Entendem alguns que o uso exclusivo da língua portuguesa, como língua oficial, veicular e utilizável na literatura não resolve os problemas. E tanto no ensino primário como, provavelmente no médio, será preciso utilizar as línguas africanas.

O que importa frisar, contudo, é que a grande ênfase na priorização da Língua Portuguesa assentava na explicação de que ela era a “língua de unidade nacional”. Sendo língua segunda, não se problematizou o estudo da metodologia adequada para o seu ensino. Iguamente não se questionaram os riscos que esta opção traria para a educação no sentido de vir a contribuir para a reprodução da desigualdade social. Não se podia ignorar também que os próprios professores que estavam sendo formados nos Centros de Formação de Professores Primários (CFPPs), surgiam da maioria camponesa, enfrentando, eles próprios, grandes problemas do domínio da Língua Portuguesa.

Face à riqueza linguística, que papel reservou a Frelimo às línguas moçambicanas? Do nosso estudo, podemos concluir que o argumento de que a Língua Portuguesa era (é) um factor primordial para a unidade nacional, combinado com a concepção “perfeccionista” que defendia a padronização das línguas moçambicanas, por outro lado, levou a Frelimo a protelar indefinidamente a introdução das línguas moçambicanas no ensino. É uma questão psico-pedagógica e democrática: permitir às crianças e aos adultos utilizarem a escrita nas tarefas de desenvolvimento, na cultura, na intervenção política para poderem, em seguida, tomando como base a sua língua materna, aprenderem eventualmente o português. Neste processo, os CFPPs teriam um importante papel a desempenhar. Somente uma política linguística conseqüente e durável poderá atenuar o desequilíbrio que a história contemporânea produziu.

As grandes utopias perderam o seu fascínio, em parte porque na tentativa de concretizá-las foram completamente desfiguradas, em parte porque nesse processo foi pela primeira vez revelada a desumanidade nelas oculta. No fundo, continua sempre a ser válida a alternativa crítica apresentada por Rosa Luxemburgo ao seu tempo em declínio: socialismo ou barbárie. Mas qual o socialismo que devemos ou que temos de escolher para não nos entregarmos ao barbarismo, para não preparar para nós e para os nossos próximos um fim bárbaro? Ou como interroga Bobbio (1990, p. 144):

A democracia, admitamos, venceu o desafio do comunismo histórico. Mas que meios e que ideais ela tem para enfrentar aqueles muitos problemas a partir dos quais nasceu o desafio comunista? Agora que não há mais bárbaros, disse o poeta, o que faremos de nós sem os bárbaros?

As democracias que governam os países mais ricos do mundo são capazes de resolver os problemas que o socialismo histórico foi incapaz de resolver? Na realidade foram incapazes. Mas os problemas permanecem - aqueles mesmos problemas que a utopia comunista salientava e defendia serem solúveis e que agora existem, ou logo existirão, numa escala mundial.

Considerações finais

No momento em que o país adotou, após essa 1ª década, um quadro de neo-liberal devastador para as aspirações de amplas camadas do povo moçambicano, que lições históricas podem ser retidas dessa primeira década, por forma a que, na atualidade, tal experiência histórica possa ser reconfigurada em outra dimensão face ao novo quadro mundial, perpassado pela globalização? Terá ainda o marxismo algo a dizer? Um novo socialismo terá condições de emergir?

Nesta época em que, mais que qualquer outra, se estreitaram as relações entre saber e poder, na época em que a vida de milhões de trabalhadores será regulamentada por máquinas possuidoras de uma inteligência artificial, a tarefa mais importante para um socialismo a inventar (em Moçambique, ou em qualquer outro lugar do planeta) tem que consistir em pôr a humanidade – o maior número possível de indivíduos – na condição de não ficarem alheios e escravizados pela ignorância, pelo acesso falhado à ciência, à cultura, ao profissionalismo, à informação.

O conhecimento – o seu desenvolvimento e difusão – tornou-se assim o bem mais socialista, a trava mestra de uma verdadeira política de qualidade e justiça social. Só ele pode conseguir juntar a modernização com o desenvolvimento, o crescimento humano com o crescimento econômico.

Numa época de generalizado pessimismo, resulta difícil repensar estrategicamente a Educação nos nossos dias. A razão é simples: reflectir sobre o empreendimento educativo é necessariamente sustentar uma visão de futuro, acalentar uma esperança motivadora, brandir um ideal de sociedade e de valores.

Poucas dúvidas se poderão levantar sobre a indispensabilidade de construir a Paz no espírito dos Homens. A pacificação das comunidades não poderá ser atingida sem que as pessoas que as constituem sejam amantes da paz. Levar as gerações vindouras a tomarem consciência desse fato é uma tarefa eminentemente educativa.

Infelizmente, a teoria marxista tem sido votada ao ostracismo e/ou domesticada, quer nos cursos de formação de professores, quer nos cursos de educação. Obviamente que isto não acontece por acaso. Hoje há um amplo conjunto de pessoas, alunos e professores, que deveria compreender que

o seu acesso à escolarização e ao ensino superior só se tornou realidade, precisamente porque no passado se foram sucedendo inúmeras lutas, tantas delas violentas, e de conquistas de direitos (a democracia, a liberdade, o direito à educação, à saúde e à justiça) levadas a cabo por movimentos sociais e por pessoas que foram profunda ou mesmo até totalmente influenciados pela teoria marxista. Alguém discorda do papel preponderante que áreas como as do ensino e da educação tiveram neste particular na primeira década de independência de Moçambique? Alguém discorda que, não obstante todos estes notáveis direitos conquistados, hoje habilmente apontados como privilégios, a sociedade segue sendo “classista”? Alguém discorda que a melhor análise de classe foi feita por Marx? Alguém discorda que o trabalho docente é um trabalho de gênero? Alguém discorda que o trabalho doméstico, com profunda influência no trabalho docente - é um trabalho de gênero? Alguém discorda que vivemos em Moçambique uma sociedade que continua ainda profundamente classista e, em decorrência, mergulhada em fortes contradições?

Assistimos, nos últimos anos, ao discurso das elites moçambicanas segundo o qual, durante anos, o marxismo teria sido uma mera plataforma de análise reducionista. Ele teria diminuído indevidamente tudo o que ocorre na sociedade a uma equação econômica, na qual a dialética base/superestrutura era de todo errada ao pretender explicar os processos sociais. Nessa análise é escamoteado o processo “selvagem” de acumulação das elites agora em curso e que tinha sido sufocado pela ordem socialista da 1ª década de independência. A educação não tem mais a centralidade e importância que lhe foi conferida naquela década, pois o discurso esconde o conflito.

Assim defendemos que só uma análise relacional da educação permite compreendê-la também como uma práxis atravessada por dinâmicas de classe, raça e gênero que se interpenetram com categorias econômicas, políticas, culturais e ideológicas, etc. Isto é importantíssimo se queremos compreender e debater os conteúdos da escolarização no Moçambique de hoje. E, nesse sentido, o marxismo, provavelmente, hoje mais do que nunca, ajuda-nos a analisar o papel que os conteúdos da escolarização têm, quer na edificação e cristalização do senso comum, quer para compreendermos como a escolarização legitima a dialética classe, raça, gênero, quer ainda na compreensão do quão importante mesmo é lutar por uma educação que transforme a sociedade, que ouse transformar a verdadeira concepção e prática de poder. E o marxismo, ainda me parece ser a melhor ferramenta para explicar não apenas a fase que estamos vivendo mas, sobretudo, os novos caminhos a trilhar.

Referências

ABRAHAMSSON, Hans & NILSSON, Anders. *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1982*. Maputo, Padrigu e CEEI-ISRI, 1994.

BOBBIO, Norberto. A utopia. In: *Lua Nova* n° 21, São Paulo: Editora Marco Zero, Outubro 1990 (141–144).

DIOP, Cheikh Anta. De l'identité culturelle. In: *L'affirmation de l'identité culturelle et la formation de la conscience nationale dans l'Afrique contemporaine*. Paris, UNESCO, 1986 (63-73).

ELLEINSTEIN, Jean. O marxismo está moribundo, o marxismo morreu, viva o socialismo. In: *O socialismo do futuro*, vol 1, n° 2. Lisboa: Publicações D. Quixote Ltda, Fevereiro 1991 (121-125).

FRELIMO. *Relatório do Comitê Central ao 3º Congresso*. Maputo, Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO, 1977.

GÓMEZ, Miguel Buendía. *A educação moçambicana, a história de um processo: 1962-1984*. São Paulo, Tese de doutorado, FAE/USP, 1993, *múmeo*, 307 p.

HANLON, Joseph. *Mozambique: Who calls the shots?*, London, James Currey, 1990,

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

MARX, Karl. *O 18 brumário e carta a Kugelmann*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MACHEL, Samora. *Estudemos e façamos dos nossos conhecimentos um instrumento de libertação do povo*. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico da Frelimo, 1977, n° 8. (Coleção Palavras de Ordem).

MEC (Ministério da Educação e Cultura). *Relatório da Reunião Nacional de Ribaué*. Ribaué, 3 a 15 jan. 1977, *múmeo*, 62 p.

_____ *Linhas Gerais do Sistema Nacional de Educação*. Maputo: 1980.

MINED. *Orientações e tarefas escolares obrigatórias para os anos letivos de 1988/89*. Maputo: Imprensa Nacional, 1988/9.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*, São Paulo, Brasiliense, 1994.

PARASKEVA, João M. Neo-marxismo com garantias – hegemonia, cultura e senso comum. In: _____ ROSS, E. Wayne & HURSH, David. *Marxismo e Educação* (Vol I). Porto; Profedições, 2006.

PRZEWORKSKY, Adam. *Capitalismo e social democracia*. São Paulo, Editora Schwarcz, 1991.

REIS, João & MUIUANE, Armando Pedro. *Datas e documentos da história da Frelimo*. 2ª ed., Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 1975.

SERRA, Antônio M. de Almeida. *Política agrária e desenvolvimento econômico e social na República Popular de Moçambique (1975-1985)*. Lisboa, Tese de doutorado em Economia, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 1991.

TONET, Ivo. Educação e Revolução. In: *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Londrina, v. 2, n. 2, p. 43-53; ago. 2010.